

# OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) E FATORES INTERVENIENTES PARA O ATINGIMENTO DAS METAS

*José Henrique de Faria  
Charles Carneiro*

## INTRODUÇÃO

Um dos temas mais comentados e debatidos na área econômica e social é o desenvolvimento. Muitas vezes, ele tem sido reduzido a indicadores de crescimento econômico, geralmente medido pelo Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todas as riquezas produzidas no país em dado período de tempo (normalmente, um ano), expressas em termos monetários.

Porém, há aqueles que propõem uma discussão tendo como tema o desenvolvimento socioeconômico, que

procura considerar não apenas os aspectos econômicos, como igualmente os sociais. A concepção de desenvolvimento socioeconômico, contudo, tem se restringido a duas disciplinas: sociologia e economia. Mas o desenvolvimento da sociedade requer mais do que duas disciplinas, por mais que a expressão ‘sócio’ pretenda dizer além do que realmente diz. (FARIA, 2015, p. 10).

O senso comum

atribui à expressão 'sócio' uma extensão que ela não tem. Problemas relativos, por exemplo, à saúde, transporte, educação, segurança, aparatos jurídicos, ideologia, cultura, relações de trabalho, planejamento urbano, são enquadrados como se fossem simplesmente sociais. (FARIA, 2015, p. 10).

Contudo, é preciso considerar o desenvolvimento socioeconômico como um tema interdisciplinar. Esse é um desafio para qualquer projeto ou política pública de desenvolvimento.

## DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Conforme Faria,

de início, o problema do desenvolvimento era estritamente econômico. Esse ponto de vista ainda prevalece no âmbito da economia. A concepção original era a de que o desenvolvimento econômico produziria, por si mesmo, um desenvolvimento social. Assim, as políticas desenvolvimentistas tratavam do incremento da capacidade produtiva medida por variáveis como poupança, relações comerciais, níveis de consumo, distribuição de renda, entre outros indicadores, acreditando que estes apontariam melhorias na qualidade de vida, educação, saúde, analfabetismo e infraestrutura urbana e social. Entre os indicadores mais conhecidos estão os que tratam da distribuição de renda. (2015, p. 11-12).

Vejamos quais são eles a seguir.

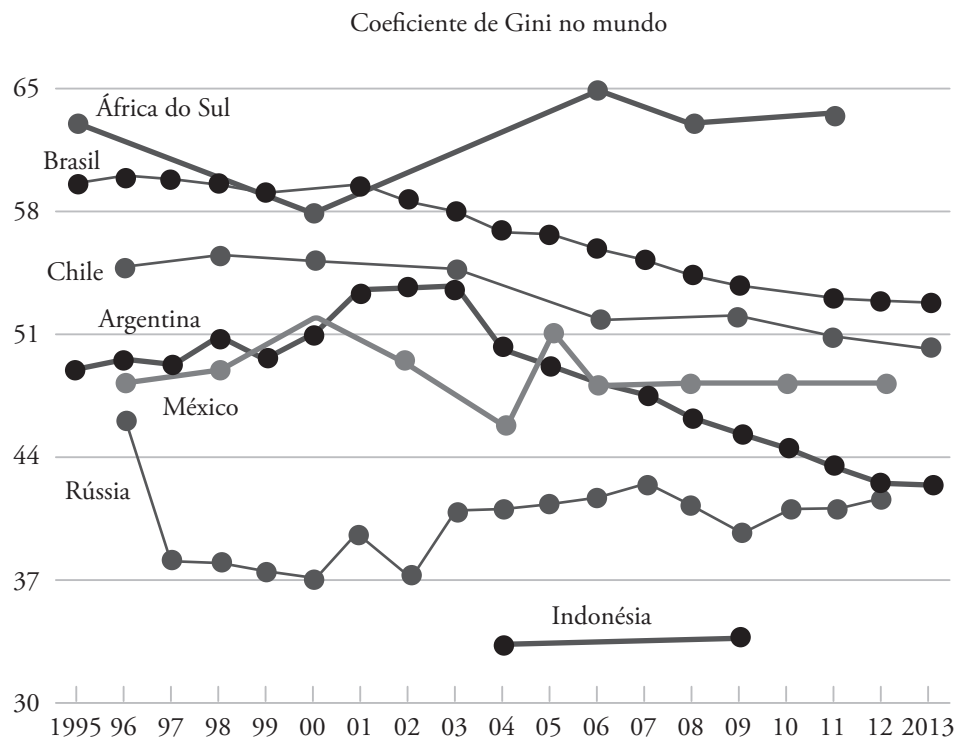
### Coeficiente de Gini

Tal coeficiente

é uma medida utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, em que 0 corresponde à completa igualdade de renda ou rendimento (todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (uma pessoa tem toda a renda ou rendimento e as demais nada têm). O índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (coeficiente x 100). O coeficiente de Gini é usado para medir a desigualdade de renda ou rendimento, porém pode ser também usado para mensurar a desigualdade de riqueza. Esse uso requer que ninguém tenha uma riqueza líquida negativa. Este índice é útil para mostrar a concentração ou a distribuição de renda de um país. Quanto mais próximo de 1 for o índice, mais concentrada é a renda. (FARIA, 2015, p. 11).

O Gráfico 1 ilustra este coeficiente.

Gráfico 1 – Índice de Gini.



Fonte – Banco Mundial

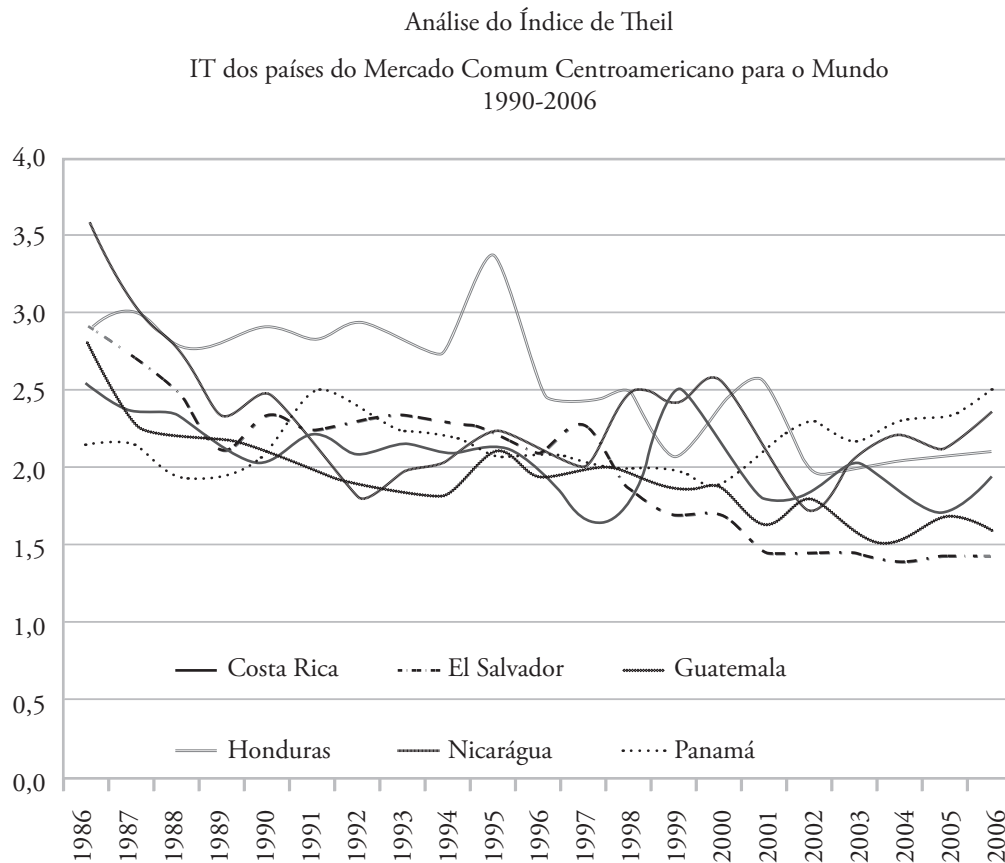
# Índice de Theil

Trata-se de

uma medida estatística da distribuição de renda na qual se usa o logaritmo neperiano da razão entre as médias aritméticas e geométricas da renda familiar *per capita* média. Se a razão entre as médias for igual a 1, Theil será igual a zero, indicando perfeita distribuição. Quanto maior a razão entre as médias, maior será o valor para o Índice de Theil, e pior será a distribuição de renda. Este valor está entre 0 e 1 e quanto maior este valor, pior a distribuição. O Índice de Theil, calculado por Theil em 1967, é baseado no conceito de entropia de uma distribuição. Entre suas qualidades enumeram-se que é simétrico (tem a propriedade de invariância em caso de permuta de indivíduos), é invariante à replicação (é independente de replicações de população), independente da média (tem a propriedade de ser invariante em caso de alteração da escala da renda), e satisfaz o Princípio de Pigou-Dalton (a desigualdade cresce como resultado de transferências regressivas). (FARIA, 2015, p. 11).

O Gráfico 2 ilustra esse índice.

## Gráfico 2 – Índice de Theil.



Posteriormente, foram incluídas nos indicadores questões chamadas de sociais, tais como nível de educação, infraestrutura urbana, saúde etc. Entre esses indicadores, destacam-se os seguintes.

## Índice de Pobreza Humana (IPH)

De acordo com Faria, este índice

serve como indicador da taxa de pobreza que existe em determinado país. Este indicador faz a ponderação de três variáveis: (i) Curta duração da vida (o percentual da população, em cada país, que não atinge os 40 anos); (ii) Falta de educação elementar (percentual da população analfabeta); (iii) Falta de acesso aos recursos públicos e privados (percentagem composta das pessoas com falta de acesso ao serviço de saúde, água potável e nutrição razoável). O IPH considera diversos indicadores para verificar a porcentagem de pessoas em uma população que sofre de privações em quatro dimensões básicas da vida: a longevidade, o conhecimento, a provisão econômica e a inclusão social. (2015, p. 11-12).

# Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Ainda de acordo com Faria,

Os Relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD apontam alguns fatores que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. O IDH é calculado a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), saúde (esperança de vida) e renda (PIB *per capita*) e avalia as condições comparadas de desenvolvimento humano no mundo, identificando os países de alto, médio e baixo desenvolvimento. O PNUD mostra o que a ONU chama de desigualdades mundiais grotescas e indica que o processo recente de globalização está contribuindo para acentuar as desigualdades sociais entre os países. No entanto, este indicador não mostra, por exemplo, que a concentração de riqueza pessoal é extraordinária: os ativos dos dez maiores multimilionários do mundo em 2012. [...] a literatura tratou de diferenciar crescimento de desenvolvimento econômico. O crescimento econômico trataria somente das questões propriamente econômicas, tais como Produto e Renda (PIB, PNB etc.), Gastos do Governo, Consumo das Famílias, Poupança/Investimento, exportação e Importação, na clássica fórmula em que a renda (Y) é igual à soma do consumo das famílias (C), mais os investimentos (I), mais os gastos do governo (G), mais as exportações (X), menos as importações (M), ou seja,  $Y = C + I + G + X - M$ . O desenvolvimento econômico trataria também de questões sociais, tais como bem-estar, nível de consumo, IDH, taxa de desemprego, analfabetismo, qualidade de vida, entre outros. (2015, p. 11-12).

Depois de muitos anos de crescimento do IDH brasileiro, em função da recente crise econômica houve uma estagnação da evolução do índice, mantendo-se em 0,754 em 2015, número este já alcançado em 2014, conforme se pode observar no Gráfico 3.























































**Gráfico 3** – Evolução do IDH do Brasil nos últimos anos.



Fonte – PNUD, 2017.

Em comparação aos demais países, o Brasil ocupa o 79º lugar, junto a Granada, que é uma ilha do Caribe. Em primeiro lugar continua a Noruega, com 0,949, conforme se constata no Quadro 1.

**Quadro 1** – *Ranking* do IDH mundial 2015.

IDH muito alto	1º		Noruega	0,949	
	2º		Austrália	0,939	
	2º		Suíça	0,939	
	4º		Alemanha	0,926	
	5º		Dinamarca	0,925	
	5º		Singapura	0,925	
	7º		Holanda	0,924	
	8º		Irlanda	0,923	
	9º		Islândia	0,921	
	10º		Canadá	0,92	
	10º		EUA	0,92	
	45º		Argentina	0,827	
	49º		Rússia	0,804	
IDH alto	54º		Uruguai	0,795	
	68º		Cuba	0,775	
	71º		Venezuela	0,767	
	77º		México	0,762	
	78º		Azerbaijão	0,759	
	79º		Brasil	0,754	
	79º		Granada	0,754	
	81º		Bósnia e H.	0,75	
	90º		China	0,738	
	95º		Colômbia	0,727	
IDH médio	110º		Paraguai	0,693	
	118º		Bolívia	0,674	
	119º		África do Sul	0,666	
	131º		Índia	0,624	

Fonte – PNUD, 2017.

Como mostra Faria,

com o tempo, a literatura inclui uma nova expressão: desenvolvimento socioeconômico, para qualificar a ideia de desenvolvimento econômico. Contudo, esta nova expressão não alterou as formas de medida utilizadas. No campo crítico da economia, o conceito de desenvolvimento aparece acompanhado do termo 'capitalista', para diferenciar o desenvolvimento social daquele especificamente capitalista. (2015, p. 12).

## **POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Ainda conforme Faria,

o uso do conceito de desenvolvimento socioeconômico e seu atrelamento aos indicadores mostra claramente que não há uma concepção interdisciplinar. Com alguma boa vontade, pode-se mesmo admitir que se trata de uma visão multidisciplinar restrita. Os indicadores de educação e saúde, por exemplo, pouco revelam sobre a real situação da saúde da população e sobre o processo de educação. Isto sem mencionar problemas atuais como transporte, segurança, planejamento urbano, mobilidade social, violência e o conjunto da infraestrutura urbana e social. (2015, p. 12-13).

A questão que se deve propor é

como adotar uma concepção interdisciplinar no que se refere ao desenvolvimento socioeconômico? Como considerar que um projeto de desenvolvimento trate, simultaneamente, da educação, do direito, da economia, das engenharias, do campo da saúde física e mental, da agropecuária, da preservação sustentável do ambiente, das questões sociais, das tecnologias (da biotecnologia), do processo político, da cultura e da arte, do emprego e do processo de trabalho, do desenvolvimento científico, enfim, de todas as disciplinas que concorrem para que o desenvolvimento se faça em sua totalidade? (FARIA, 2015, p. 13).

Mas essa questão também precisa considerar outra: como considerar o desenvolvimento como um processo sustentável? Talvez seja preciso ousar em uma proposta que possa dar conta do desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Nesse sentido, quais questões precisam ser consideradas em uma política de desenvolvimento socioeconômico sustentável? Vamos apontar três delas.

### **Redistribuição igualitária da riqueza produzida**

Essa questão envolve, de acordo com Fraser (2008b),

a redistribuição dos rendimentos, a reorganização da divisão do trabalho, subordinação dos investimentos a um processo democrático de tomada de decisão e transformação das estruturas básicas da economia. Tais questões, naturalmente, se referem à construção de um projeto de transformação

que permita acentuar as contradições da sociedade. Isso poderia envolver a revalorização ascendente de identidades desprezadas e os produtos culturais de grupos excluídos.

[...]

Também poderia envolver reconhecimento e valorização positiva da diversidade cultural. Mais radicalmente ainda, poderia envolver a total comunicação, de forma que se alteraria a percepção coletiva que todos têm de si mesmos. Assim, toda medida que repara uma perda redistributiva ou que restabelece uma relação econômica pressupõe uma concepção subjacente de reconhecimento social. É neste sentido que as reivindicações pela redistribuição muitas vezes reclamam a abolição de arranjos econômicos que sustentam a especificidade de determinados grupos sociais. (FARIA, 2015, p. 20-21).

Distribuição da riqueza produzida pela sociedade não é distribuição de renda. Assim, por exemplo, se uma Prefeitura utiliza os recursos da arrecadação tributária, que resultam do trabalho de toda a população, para beneficiar prioritariamente áreas ou bairros mais carentes, com escola, postos de saúde, rede de esgoto, saneamento básico, transporte e mobilidade urbana, postos de atendimento a demandas sociais e administrativas, ela estará adotando um programa de distribuição de riqueza.

## Reconhecimento social

De acordo com Faria, esse tema

é resgatado na discussão contemporânea devido à emergência dos movimentos sociais que ultrapassam a tradicional divisão de classes contemplando questões como gênero, preconceito, desemprego, direitos sociais urbanos, educação, saúde pública, segurança, moradia, infraestrutura urbana e rural, sustentabilidade ambiental, entre muitos outros. A centralidade das lutas sociais estabelece uma nova agenda de enfrentamentos. Não se pode deixar de observar que as mudanças estruturais e normativas somente podem ocorrer pela ação coletivamente organizada dos membros dos grupos sociais. [...] é apenas com o assentimento do coletivo, solidamente suposto, que o sujeito coletivo pode estabelecer uma relação de pertença que viabilize e legitime as transformações. Os sujeitos coletivos que lutam por mudanças nas regras precisam, antes, reconhecê-las como tais, bem como suas motivações, os interesses que expressam, os acordos e as articulações que as viabilizaram. A luta pelo reconhecimento, na perspectiva de Fraser (2008) tornou-se rapidamente a forma paradigmática do conflito político do Século XX. (2015, p. 21).

A luta pelo reconhecimento, no entanto,

ocorre em um mundo de exacerbada desigualdade material o que significa que o desafio do processo de desenvolvimento socioeconômico sustentável requer o entendimento de que a justiça deve contemplar a articulação entre redistribuição econômica, reconhecimento social e representação política. Para Fraser, portanto, uma política de desenvolvimento que falhe no que diz respeito aos direitos humanos, por exemplo, é inaceitável mesmo que a mesma promova uma igualdade social. (FARIA, 2015, p. 21).

## Representação paritária

É necessário, de pronto, estabelecer algumas condições do que se entende por representação paritária:

Tal representação necessita valorizar a participação coletiva dos membros dos grupos sociais no processo decisório, enfatizando a partilha das responsabilidades em todas as instâncias ou fases do processo. A representação paritária tem como pressuposto básico o estabelecimento de relações de igualdade na medida em que expande e estimula a difusão do conhecimento, além de destruir a estrutura social verticalmente hierarquizada, de forma que todos se tornem conscientes de suas responsabilidades para com o sucesso do processo de desenvolvimento. A supressão da estrutura hierárquica preconiza o desenvolvimento de habilidades criativas nos sujeitos, além de habilitá-los a tomar suas próprias decisões eliminando estruturas piramidais impostas.

[...]

Tal objetivo não implica a instalação do caos. Pelo contrário, diz respeito muito mais a uma rede de relações baseada no desejo de cada sujeito, individual ou coletivo, fazer da organização um produto da discussão, das decisões e do controle do conjunto de seus membros.

[...]

Supressão da hierarquia, colaboração/cooperação entre setores de produção econômica e social, participação direta e efetiva, democratização das decisões, defesa de interesses sociais comuns e compartilhados, colaboração no planejamento e na execução dos projetos sociais, partilha das responsabilidades em todas as instâncias, preservação e valorização do trabalho coletivo, todas estas questões, entre outras, caracterizam a representação paritária dos sujeitos nas esferas de decisão.

[...]

A participação paritária dos sujeitos nas decisões coletivas deve considerar o grau de controle que os sujeitos possuem sobre quaisquer decisões em particular, as questões sobre as quais estas decisões são tomadas e o nível político no qual as questões objetos de tais decisões são definidas. Neste sentido, o acesso e o domínio das informações relevantes para que o processo de decisão paritária possa se efetivar é uma condição elementar para que a participação seja qualificada. (FARIA, 2015, p. 23-24).

Assim, é necessário que “não apenas o acesso à informação seja disponibilizado, mas que esta informação esteja disponibilizada de modo a conceder condições mínimas para que os sujeitos possam se apropriar dela”. (VARGAS DE FARIA, 2003, p. 87).

Para Fraser,

o significado mais geral de justiça é a paridade de participação. De acordo com esta interpretação democrática radical do princípio de igual valor moral, a justiça requer acordos sociais que permitam a todos participar como pares na vida social. Superar a injustiça significa dismantelar os obstáculos institucionalizados que impedem a alguns participar em igualdade com outros, como sócios com pleno direito na interação social. (2008a, p. 39).

Por fim, Fraser indica que “existem três princípios disponíveis para a avaliação das demarcações políticas, no que se refere a ‘quem’ deve ser incluído na representação paritária”. (2008a, p. 124-129). São eles:

- a) Princípio da condição de membro: propõe resolver as discussões sobre ‘quem’ apelando para critérios de pertencimento político (cidadania, nacionalidade compartilhada, projetos comuns);
- b) Princípio do humanismo: propõe resolver disputas relativas a ‘quem’ apelando a critérios que remetem ao ser humano, enquanto sujeitos que possuem em comum as características distintivas da humanidade (autonomia, racionalidade, linguagem, capacidade de aprender, sensibilidade, condições de distinção da boa e má moral);
- c) Princípio de todos os afetados: propõe resolver as disputas sobre ‘quem’ apelando às relações sociais de interdependência, de forma que os sujeitos se submetam à justiça devido às coimbricações em uma rede de relações causais. Este princípio tem o mérito de elaborar uma verificação crítica sobre a qualidade dos membros das coletividades tendo em vista as relações sociais. (FRASER, 2008a, p. 124-129).

Uma vez indicadas as três questões fundamentais de uma política de desenvolvimento socioeconômico sustentável, é preciso, agora, esclarecer o que se entende por sustentabilidade.

## SUSTENTABILIDADE

O conceito de sustentabilidade, conforme exposto por Faria (2014), tem origem em 1987, quando a então presidente da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Gro Harlem Brundtland, apresentou para a Assembleia Geral das Organização das Nações Unidas (ONU) o documento *Nosso Futuro Comum*, que ficou conhecido como Relatório Brundtland. (ONU, 2007). Nesse relatório, o desenvolvimento sustentável foi conceituado como algo que “atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”. (ONU, 2007, n.d.). Esse conceito deu origem a outro, o de *sustainability*, que é “uma ação em que a elaboração de um produto ou desenvolvimento de um processo não compromete a existência de suas fontes, garantindo a reprodução de seus meios”. (ONU, 2007, n.d.).

Como consequência, de acordo com Santana logo se propôs o conceito de desenvolvimento sustentável enquanto um “processo de gerar riqueza e bem-estar, ao mesmo tempo em que promove a coesão social e impede a destruição do meio ambiente”. (2008, p. 28). A sustentabilidade passou a ser então adjetivada e conceituada de acordo com paradigmas, modelos e critérios.

Para Almeida, esse paradigma tripolar “refere-se diretamente à integração entre a economia, o ambiente e a sociedade, conduzida e praticada em conjunto por três grupos: empresários, governo e sociedade civil organizada”. (2002, p. 37). Enquanto ‘modelo colaborador-comunidade’, esse paradigma indicaria que a preocupação central das empresas deveria ir além da produção e geração de dividendos. Para Faria, além disso deveria haver, por parte das empresas,

maior envolvimento com questões que proporcionam o bem-estar dos seus empregados, associadas à preocupação com a comunidade da qual fazem parte estes mesmos empregados [...], entre o modelo e sua prática, há uma distância equivalente à que separa a intenção do gesto. (2014, p. 13).

Para Kraemer,

enquanto critério da responsabilidade social este paradigma remete à busca do desenvolvimento sustentável em que três critérios fundamentais devem ser obedecidos ao mesmo tempo: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica. (2005, p. 5).

Na mesma linha, Hart e Milstein listaram os elementos motivadores da sustentabilidade, a saber:

- I) Crescente industrialização e suas consequências, como o consumo da matéria-prima, poluição e geração de resíduos, sem perder de vista que o cuidado com essas questões seria crucial para o desenvolvimento sustentável;
- II) Proliferação e interligação dos grupos de interesse que fazem com que as empresas funcionem de maneira responsável e transparente, objetivando a formação de uma base de partes interessadas na atividade da empresa (acionistas, funcionários, comunidades, ONGs, consumidores, fornecedores, concorrentes e Governo) bem informada e ativa;
- III) Tecnologias emergentes, que ofereceriam soluções inovadoras e poderiam tornar obsoletas as bases das indústrias que usassem energia e matéria-prima de forma intensiva;
- IV) Aumento da população, da pobreza e da desigualdade social, que estaria acarretando como consequência a decadência social. (2003, p. 61).

O argumento dos elementos motivadores, ainda de acordo com Faria (2014), teria por base quatro princípios expostos pela ONU:

- I) Princípio precatório: possibilidade de prejuízos sérios à saúde dos seres vivos e a ausência de certeza científica não deve adiar medidas preventivas;
- II) Princípio preventivo: riscos e danos ambientais devem ser evitados o máximo possível e avaliados previamente, com o objetivo de escolher a solução adotada;
- III) Princípio compensatório: compensações para vítimas da poluição e outros danos ambientais devem estar previstas na legislação;
- IV) Princípio do poluidor pagador: os custos da reparação ambiental e das medidas compensatórias devem ser arcados pelas partes responsáveis. (FARIA, 2014 *apud* ONU, 2007)

O conceito de sustentabilidade, tradicionalmente, apresenta diferentes abordagens, conforme exposto por Faria:

- I) Concepção Tradicional Clássica: a pressão da concorrência, do crescimento econômico e da prosperidade leva automaticamente ao uso racional dos recursos naturais, ao progresso tecnológico e a novas necessidades de consumo compatíveis com as exigências do meio ambiente. O mercado é o melhor mecanismo para garantir a satisfação dos desejos individuais, inclusive dos desejos

- ambientais. (DRYZEK, 1992). À medida que os consumidores manifestem sua consciência ecológica nas decisões de compra, o mercado responde a esta demanda com a oferta crescente de produtos e serviços ecológicos. (MASON, 1999);
- II) Concepção Tradicional Moderna: defende a internalização dos custos ambientais (os quais costumam ser avaliados e calculados de forma monetária) (MUNASINGHE, 2002) através da introdução de sistemas de estímulo de mercado, geralmente com o auxílio de impostos e taxas ambientais ou do comércio de títulos de poluição;
  - III) Concepção Tradicional Ecológico-tecnocrata: defende a concepção da sustentabilidade planejada. Esta abordagem parte da ideia de que a superação dos problemas ambientais é perseguida por meios gerenciais, em uma perspectiva tecnocrática, geralmente baseada no centralismo do processo decisório, confiando na capacidade técnica do planejador. A intervenção do Governo é considerada indispensável para reduzir ou evitar os efeitos nocivos dos processos de crescimento econômico, ou ainda para poder eliminar ou reparar distúrbios e danos já existentes. (FREY, 2001);
  - IV) Concepção Tradicional Biocêntrica e do Ambientalismo Radical: apresenta uma pretensão holística, do tipo universalista-integrativa, em que todas as políticas e atividades sociais devem ser subordinadas às exigências da sustentabilidade da natureza;
  - V) Concepção Tradicional da Política de Participação Popular: a participação é parte fundamental da política ambiental, indispensável para uma mudança substancial no atual quadro de políticas públicas. O planejamento deve ser compreendido não apenas como orientado pelas necessidades da população, mas também como conduzido por ela. (2014, p. 6-7).

Ainda segundo Faria,

as duas primeiras decorrem da concepção econômico-liberal de mercado. A abordagem do ambientalismo radical rejeita o consumismo prevalecente nas sociedades modernas visando permitir a inclusão dos objetivos da satisfação das necessidades econômicas básicas da população e da justiça social, especialmente no que diz respeito aos países em desenvolvimento. (NAESS, 1995). Em oposição às abordagens ecocêntricas, a abordagem política de participação democrática ou popular parte do pressuposto de que o homem e a sociedade devem estar no centro de atenção e de reflexão, daí porque se considera que esta é uma 'abordagem sociológica do desenvolvimento sustentável'. (CERNEA, 1994). A teoria tradicional também tem seu viés crítico. A concepção mais representativa deste viés crítico da teoria tradicional pode ser encontrada, por exemplo, nas formulações da Agenda 21. (2014, p. 8).

Segundo a concepção da Agenda 21 (1992),

o Desenvolvimento Sustentável deveria ser um modelo econômico, político, social, cultural e ambiental equilibrado, que satisfizesse as necessidades das gerações atuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades. Esta concepção se oporia ao 'estilo de desenvolvimento adotado', que na avaliação da Agenda 21 é ecologicamente predatório na utilização dos recursos naturais, socialmente perverso com geração de pobreza e extrema desigualdade social, politicamente injusto com concentração e abuso de poder, culturalmente alienado em relação aos seus próprios valores e eticamente censurável no respeito aos direitos humanos e aos das demais espécies. (FARIA, 2014, p. 10).

Dessa forma, segundo a Agenda 21 (1992), o conceito de sustentabilidade comportaria sete aspectos principais, assim resumidos por Faria:

- I) Dimensão Social: melhoria da qualidade de vida da população, equidade na distribuição de renda e diminuição das diferenças sociais, com participação e organização popular;
- II) Dimensão Econômica: organizações públicas e privadas, regularização do fluxo desses investimentos, compatibilidade entre padrões de produção e consumo, equilíbrio de balanço de pagamento, acesso à ciência e tecnologia;
- III) Dimensão Ecológica: o uso dos recursos naturais deve minimizar danos aos sistemas de sustentação da vida: redução dos resíduos tóxicos e da poluição, reciclagem de materiais e energia, conservação, tecnologias limpas e de maior eficiência e regras para uma adequada proteção ambiental;
- IV) Dimensão Cultural: respeito aos diferentes valores entre os povos e incentivo a processos de mudança que acolham as especificidades locais;
- V) Dimensão Espacial: equilíbrio entre o rural e o urbano, equilíbrio de migrações, desconcentração das metrópoles, adoção de práticas agrícolas mais inteligentes e não agressivas à saúde e ao ambiente, manejo sustentável das florestas e industrialização descentralizada;
- VI) Dimensão Política: no caso do Brasil, a evolução da democracia representativa para sistemas descentralizados e participativos, construção de espaços públicos comunitários, maior autonomia dos governos locais e descentralização da gestão de recursos;
- VII) Dimensão Ambiental: conservação geográfica, do clima e todos os recursos naturais, equilíbrio de ecossistemas, erradicação da pobreza e da exclusão, respeito aos direitos humanos e integração social. Abarca todas as dimensões anteriores através de processos complexos. (2014, p. 10).

## A ONU E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

De acordo com os documentos veiculados pela Organização das Nações Unidas (ONU) aqui transcritos, em setembro de 2015

chefes de Estado, de Governo e altos representantes da Organização das Nações Unidas reuniram-se em Nova York e adotaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a qual inclui os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A nova Agenda de desenvolvimento propõe uma ação mundial coordenada entre os governos, as empresas, a academia e a sociedade civil para alcançar os 17 ODS e suas 169 metas, de forma a erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta. (ONU, 2015).

Os ODS representam uma nova formatação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Ao oferecer uma melhor compreensão sobre estes, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento reafirma que o desenvolvimento sustentável só será alcançado mediante o envolvimento, o compromisso e a ação de todos.

## Segundo documento da ONU exposto na Agenda 2030<sup>1</sup>:

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas (UNITED NATIONS, 2018) trazidos pela Agenda 2030 demonstram a escala e a ambição desta nova Agenda Universal. Eles se constroem sobre o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e concluirão o que estes não conseguiram alcançar. Eles buscam concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas. Eles são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. (ONUBR, 2015, n.p.).

As 169 metas definidas para alcance dos ODS, entre hoje e 2030, buscam acabar com a pobreza e a fome em todo o mundo; combater as desigualdades em todos os países; construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas e fortalecer as instituições; promover a igualdade de gênero, os direitos humanos e o empoderamento de mulheres e meninas; garantir a sobrevivência dos ecossistemas; estimular o crescimento econômico sustentável com trabalho decente para todos e redução das desigualdades sociais, enfim, promover o desenvolvimento sustentável do planeta.

Segundo a United Nations (2018), a estimativa é que a população global seja de 9,6 bilhões de pessoas em 2050 e, a considerar esse ritmo de produção e consumo, precisaríamos do equivalente a três planetas para prover os mesmos níveis, pois nos dias atuais o mundo não apresenta um desenvolvimento sustentável e também não caminha nessa direção.

Vários segmentos e setores apresentam sintomas de sobre-exploração e gestão deficitária. Os índices de pobreza, por exemplo, ainda eram extremante altos em 2016. Nos países menos desenvolvidos, cerca de 38% da população vive abaixo da linha de pobreza (US\$ 1,90/pessoa/dia), comparativamente a índices inferiores a 10% nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. No total, são mais de 2,2 bilhões de pessoas no mundo que vivem com menos de US\$ 2 por dia. Isso tem reflexo direto em questões como fome e desnutrição. Globalmente, uma em cada nove pessoas são consideradas desnutridas, o que representa mais de 800 milhões de indivíduos. A desnutrição também é a principal causa-morte de crianças menores de 5 anos (45%).

Se por um lado a fome é um grande problema, a produção de alimentos em suficiência também o é. Segundo a Unesco (2015), a produção mundial de alimentos precisa aumentar 60% até 2050 para atender toda a população, sendo que nos países em desenvolvimento esse aumento precisa ser da ordem de 100%. Como alcançar esses números é outro grande dilema. Além disso, a cada ano 1/3 de toda produção de alimentos é perdida, seja pelo mau aproveitamento, seja por problemas nos processos produtivo e de transporte. Políticas e programas de incentivo à manutenção dos produtores no campo e de incremento de produtividade são fundamentais e urgentes.

A Figura 1 apresenta resumidamente os 17 ODS propostos pela Agenda 2030 da ONU.

**Figura 1** – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.



Fonte – PNUD, 2015.

As desigualdades sociais e de renda são inerentes à maioria das sociedades. Existem grandes disparidades de riqueza, oportunidade e poder. As crianças nascidas entre os 20% mais pobres da população tem três vezes mais chance de morrer até o quinto ano de vida que o quintil mais rico. O desemprego, principalmente entre jovens e idosos, também é uma grande preocupação. O desemprego global aumentou nos últimos anos, passando de 170 milhões de pessoas em 2007 para mais de 200 milhões em 2012, dos quais 75 milhões são jovens. Estima-se que cerca de 470 milhões de novos postos de trabalho serão necessários até 2030 para suprir a necessidade dos novos trabalhadores, o que é algo extremamente desafiador.

Ameaças à vida das pessoas, como desastres naturais frequentes e intensos, terrorismo, conflitos e guerras, deslocamento forçado de pessoas; epidemias e doenças virais em escala também oferecem grande risco à população mundial. Ainda hoje seis milhões de crianças menores de 5 anos morrem por ano no mundo, a maioria delas nascidas em bolsões de pobreza, com baixo índice educacional ou áreas de risco. A mortalidade materna também é significativa, muito embora o percentual tenha se reduzido bastante nos últimos anos. O número de mães que morrem no parto (boa parte delas jovens) em países não desenvolvidos é 14 vezes superior ao de regiões desenvolvidas. Quanto às doenças, Aids, malária e tuberculose ainda são consideradas as mais preocupantes, sendo a primeira a principal causa-morte em mulheres com idade reprodutiva. Em 2013 estimava-se que 35 milhões de pessoas conviviam com HIV, das quais 240 mil eram crianças. (UNITED NATIONS, 2018).

O esgotamento dos recursos naturais e os impactos adversos da degradação ambiental, incluindo desertificação, secas, enchentes, degradação de solos, poluição aquática e redução de biodiversidade ampliam a lista de desafios que a humanidade enfrenta. As perdas econômicas decorrentes de desastres naturais variam entre U\$ 250 bilhões e U\$ 300 bilhões por ano. As mudanças climáticas são, sem dúvida, um dos maiores desafios dos dias atuais, com impactos severos nos mais variados segmentos, comprometendo o desenvolvimento sustentável.

Dentre os efeitos decorrentes das mudanças climáticas, cabe destacar: a falta de água para mais de 20% da população mundial; a elevação do nível dos mares e oceanos e a acidificação; a diminuição da proporção dias/noites frias e o aumento da relação dias/noites quentes em escala global; a grande possibilidade de o aquecimento global ter relação com o aumento da ocorrência de ciclones tropicais e também de marés extremas; o aumento, em algumas regiões, dos índices de mortalidade humana devido ao calor e a diminuição dos índices relacionados ao frio; o aumento da magnitude e do número de inundações e enchentes; a ocorrência de eventos de chuva e estiagem mais extremos; a queda na produção de alimentos em várias regiões do mundo; o derretimento de várias geleiras e a destruição de biota marinha; a intensificação dos processos de desertificação; o aumento de espécies em processo de extinção e que já foram extintas; e até mesmo a associação com o aumento de doenças infecciosas.

Ainda em relação à água, hoje mais de 750 milhões de pessoas não têm acesso à água de qualidade, e em 2050 haverá aumento da demanda hídrica em 55%, devido à crescente demanda do setor industrial, dos sistemas de geração de energia termoeletrônica e dos usuários domésticos. Hoje, três em cada quatro empregos no mundo são forte ou moderadamente dependentes de água. (UNESCO, 2016; UNESCO, 2015).

Esses são alguns dos problemas relacionados às mudanças climáticas que têm afetado muito as vidas na cidade e campo, especialmente nas regiões costeiras e em países menos desenvolvidos e insulares. A sobrevivência da população de muitas cidades está em risco.

Os problemas supracitados são apenas alguns dos desafios que a humanidade enfrenta e enfrentará na busca pela sustentabilidade do desenvolvimento. Não há mais dúvida em relação aos impactos já diagnosticados, como também não há incerteza de que as medidas precisam ser aplicadas imediatamente. As metas apresentadas pela Agenda 2030, bem como o monitoramento por meio dos respectivos indicadores, devem nortear esse processo, o que de forma alguma inviabiliza a implementação de outras ações, é preciso agir já.

Os objetivos de desenvolvimento sustentável são integrados e procuram atender, de forma equilibrada, os três pilares da sustentabilidade (*triple bottom line*): a dimensão econômica, a dimensão social e a dimensão ambiental. Há grande transversalidade entre causas e consequências desses objetivos e ações preconizadas. Existem fatores causadores com múltiplas implicações que, não raras vezes, permeiam várias metas e objetivos, como a distribuição de renda, o acesso a recursos, o mercado de trabalho, as políticas governamentais, os hábitos culturais, entre vários outros.

O Quadro 2 sumariza os 17 ODS, seus objetivos e os principais fatores causadores associados, porém, é importante destacar o efeito da consequência indireta (quando não direta) de fatores ora não apontados em relação a certo objetivo. A sumarização busca indicar apenas os principais aspectos de cada ODS, apontando que certamente há interação sobremaneira entre estes, tanto em causas quanto em consequências.

**Quadro 2** – Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as principais causas e problemas associados.

ODS / ÁREA TEMÁTICA	OBJETIVO-BASE	PRINCIPAIS FATORES CAUSAIS ASSOCIADOS
1. Erradicação da pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.	Mercado de trabalho insuficiente. Exclusão social. Acesso à educação. Acesso à saúde, a serviços e ao bem-estar. Distribuição de riqueza e baixa renda. Políticas e programas inadequados. Necessidade de abandono de lar devido a zonas de conflito.
2. Segurança alimentar e agricultura	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.	Políticas e programas inadequados e insuficientes para a produção de alimentos. Infraestrutura de transporte e energia precárias ou inadequadas. Recursos e proteção insuficientes ao produtor. Falta de proteção ao meio ambiente. Ineficiência em garantir alimentação a todos – subnutrição. Desigualdade na distribuição de renda. Mercado de trabalho insuficiente.
3. Saúde	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.	Mortalidade infantil e materna ainda elevadas. Saúde sexual e reprodutiva. Doenças virais. Déficit em aleitamento materno. Vícios relacionados a drogas, tabaco e álcool. Altos índices de acidentes de trânsito.
4. Educação	Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.	Existência de crianças fora da escola. Necessidade de abandono da escola devido a zonas de conflito. Infância inadequada. Elevado número de analfabetos. Políticas e programas inadequados e insuficientes. Falta de recursos para investimento em infraestrutura. Falta de recursos para financiamento de estudos a estudantes.
5. Igualdade de gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.	Inequidade econômica, salarial e funcional. Falta de empoderamento político e maior representatividade. Racismo e discriminação. Violência e feminicídio. Falta de melhores programas de saúde dirigidos às mulheres.

ODS / ÁREA TEMÁTICA	OBJETIVO-BASE	PRINCIPAIS FATORES CAUSAIS ASSOCIADOS
6. Água e saneamento	Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos.	<p>Qualidade e quantidade de água inadequados.</p> <p>Poluição química e orgânica.</p> <p>Perdas de água no processo de produção e transporte.</p> <p>Tratamento de esgoto inadequado.</p> <p>Governança e integração deficitários.</p> <p>Carência de regulação de uso.</p> <p>Dificuldades com controle, fiscalização e punição.</p> <p>Falta de conscientização para a preservação do meio e uso consciente urbano, industrial e agrícola.</p> <p>Serviços de saneamento básico inadequados ou insuficientes.</p> <p>Crescimento e ocupação desordenados.</p> <p>Baixo investimento em inovação e educação e políticas públicas inadequadas.</p> <p>Falta de recursos para investimento em infraestrutura.</p>
7. Energias	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.	<p>Elevadíssimas taxas de queima de combustíveis fósseis.</p> <p>Infraestrutura de energia ainda não garante acesso a todos.</p> <p>Falta de investimento para a universalização.</p> <p>Falta de recursos para investimento em energias limpas.</p> <p>Carência de linhas de financiamento específicas.</p> <p>Políticas e programas para energias limpas insuficientes para promover a devida expansão.</p> <p>Política de comunicação e informação deficitária.</p> <p>Setor responsável pelas maiores emissões globais de gases de efeito estufa.</p>
8. Emprego e crescimento	Promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.	<p>Mercado de trabalho insuficiente.</p> <p>Remuneração de trabalho inadequada.</p> <p>Dificuldade de acesso ao primeiro emprego.</p> <p>Políticas e programas socioeconômicos inadequados e insuficientes.</p> <p>Problemas com trabalho não descente.</p> <p>Carência de linhas de financiamento.</p> <p>Falta de maior estímulo e incentivo às empresas e ao empreendedorismo.</p> <p>Infraestrutura atual inadequada e insuficiente.</p> <p>Eficiência produtiva não elevada.</p> <p>Poucos programas de qualificação profissional e autodesenvolvimento.</p> <p>Excesso de burocratização.</p> <p>Corrupção.</p>

ODS / ÁREA TEMÁTICA	OBJETIVO-BASE	PRINCIPAIS FATORES CAUSAIS ASSOCIADOS
9. Infraestrutura, indústria e inovação	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.	<p>Infraestrutura atual inadequada e insuficiente.</p> <p>Falta de energia em tempo integral e saneamento a muitas pessoas.</p> <p>Serviços de telefonia, habitação, transporte, saúde e segurança problemáticos em vários locais.</p> <p>Carência de linhas de financiamento específicas.</p> <p>Falta de recursos para investimento e manutenção.</p> <p>Baixo valor agregado à maioria dos produtos de países não desenvolvidos.</p> <p>Pouco estímulo às pequenas e médias empresas.</p> <p>Interferência política.</p> <p>Reduzida aplicação de princípios de sustentabilidade por empresas e cidadãos.</p> <p>Políticas e programas inadequados.</p> <p>Falta de compreensão da relevância da ciência, da tecnologia e da inovação.</p> <p>Falta de integração e cooperação entre os setores.</p> <p>Baixo estímulo à qualificação profissional e ao autodesenvolvimento.</p>
10. Redução das desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.	<p>Falta de acesso a serviços básicos.</p> <p>Disparidade na distribuição de renda.</p> <p>Mercado de trabalho insuficiente.</p> <p>Racismo e discriminação.</p> <p>Políticas e programas inadequados.</p> <p>Intolerância religiosa.</p> <p>Acesso à educação.</p>
11. Cidades sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.	<p>Êxodo rural, logo altas densidades populacionais pontuais.</p> <p>Falta de planejamento urbano adequado.</p> <p>Infraestrutura atual que não atende serviços básicos.</p> <p>Habitação, transporte, saúde e segurança inadequados.</p> <p>Alto padrão de consumo e geração de poluição.</p> <p>Elevada pressão sobre o ecossistema.</p> <p>Não efetividade de políticas e programas.</p> <p>Insuficiência de recursos e investimentos em infraestrutura.</p>
12. Padrões sustentáveis de produção e consumo	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.	<p>Alto padrão de consumo e geração de poluição.</p> <p>Elevadas perdas da colheita ao armazenamento.</p> <p>Falta de recursos para investimento em energias limpas.</p> <p>Políticas e programas para energias limpas insuficientes para promover a devida expansão.</p> <p>Uso da energia e de recursos naturais ineficiente.</p> <p>Informação e educação sobre problemas decorrentes do uso não sustentável que não alcança todos.</p> <p>Falta de integração entre os atores envolvidos – produtores, consumidores, tomadores de decisão, academia, comércio, comunicação, políticas e governo.</p>

ODS / ÁREA TEMÁTICA	OBJETIVO-BASE	PRINCIPAIS FATORES CAUSAIS ASSOCIADOS
13. Proteção do clima	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.	<p>Elevados índices de emissão de gases de efeito estufa e intensificação do fenômeno.</p> <p>Elevadíssimas taxas de queima de combustíveis fósseis.</p> <p>Remoção de florestas e conversão para outros usos.</p> <p>Alto padrão de consumo e geração de poluição.</p> <p>Falta de adaptação e entendimento das mudanças climáticas.</p> <p>Escassez e excesso de água que afetam todo o ciclo produtivo e as pessoas (custos, transportes, preços, inflação, economia).</p> <p>As atividades são sempre influenciadas por fatores de clima, e estes são cíclicos: ora estiagem, ora chuva intensa. ora frio, ora calor excessivo....</p> <p>Falta de informações preditivas e pesquisa para minimizar riscos nas atividades e prevenir certos desastres.</p> <p>Falta de efetividade na atuação de órgãos de governo.</p>
14. Proteção dos oceanos	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável	<p>Aumento da acidificação.</p> <p>Poluição química e orgânica.</p> <p>Disposição de resíduos sólidos.</p> <p>Aumento do nível dos mares.</p> <p>Sobrepesca e sobreuso.</p> <p>Urbanização desordenada.</p> <p>Controle e fiscalização insuficientes e ineficazes.</p> <p>Falta de monitoramento, ações de prevenção, contingência e mitigação.</p> <p>Falta de integração e cooperação entre os setores.</p> <p>Políticas e programas de proteção e uso inadequados.</p> <p>Falta de conscientização para a preservação do meio.</p> <p>Falta de recursos para gestão.</p>
15. Uso sustentável dos ecossistemas terrestres	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres e das florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.	<p>Elevada pressão sobre florestas, bacias hidrográficas, águas subterrâneas, solos, biodiversidade e clima.</p> <p>Falta de planejamento e de uso racional dos recursos.</p> <p>Alta pressão econômica sobre os meios de produção.</p> <p>Alto padrão de consumo e geração de poluição.</p> <p>Informação e educação sobre problemas decorrentes do uso não sustentável que não alcança a todos.</p> <p>Distribuição de renda desigual, com elevados índices de pobreza.</p>

ODS / ÁREA TEMÁTICA	OBJETIVO-BASE	PRINCIPAIS FATORES CAUSAIS ASSOCIADOS
16. Paz, justiça, inclusão social e empoderamento institucional	Promover sociedades pacíficas e inclusivas, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.	Falta de combate à corrupção, ao suborno e à evasão de divisas. Falta de combate às injustiças sociais. Falta de participação de todos os atores com responsabilidade e comprometimento. Falta de vigilância e monitoramento. Políticas e legislação ineficientes e pouco rigorosas. Programas de governo inadequados e insuficientes. Pouca solidariedade. Renda e trabalho insuficientes. Intolerância religiosa, racismo e discriminação. Pouco acesso à educação e a serviços básicos.
17. Parcerias, governança e meios de implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.	Modelos de governança ineficazes em vários locais. Falta de integração entre os atores envolvidos – setor privado, sociedade e governo. Dificuldade para desenvolver e implementar políticas. Falta de análise crítica de metas e resultados para aprimoramento. Carência de mais comprometimento institucional e de pessoas. Recursos insuficientes para a promoção de parcerias.

**Fonte** – Adaptado de United Nations, 2018; ONUBR, 2017; ONUBR, 2018.

## IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PARA ALCANCE DOS ODS – COMO FAZER

Transformar o mundo atual é a linha de base da Agenda 2030 para o alcance das metas de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas. Todo país deve contribuir para o alcance dos ODS e, por conseguinte, do desenvolvimento sustentável em seus pilares integrados econômico, social e ambiental.

O Brasil sediou a primeira conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (chamada Rio 92) e depois a Conferência Rio +20, já em 2012. Nosso país tem participado das discussões e implementado ações para evolução dos indicadores dos ODS, resultando em avanços em várias áreas, contudo os resultados obtidos ainda não são satisfatórios. É necessário a intervenção de todos – sociedade civil organizada, empresas, autarquias, academia, governo e cidadãos – para o cumprimento das metas. Não basta vontade e demonstração de interesse, é preciso unir esforços para efetivar ações e monitorá-las de modo a garantir constante evolução.

Atualmente, estão em andamento em todas as partes do mundo diversas ações para alcançar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Uma série de desafios e oportunidades têm surgido regionalmente, possibilitando alcançar as comunidades menos desenvolvidas. De toda forma, para que haja sucesso nas ações locais é necessário a priorização por parte dos gestores locais. Todos os ODS têm metas diretamente relacionadas às responsabilidades dos governos locais e regionais. A máxima ‘pensar globalmente e agir localmente’ se faz valer nesse caso. E, também, promover esforços para manutenção e monitoramento desses locais, para que sejam abastecidos nas bases de dados, e assim permitam avaliar a eficácia das medidas tomadas e o planejamento futuro.

Os desafios de implementação muitas vezes refletem as falhas de coordenação entre diferentes atores, países, sociedades e setor privado. Particularmente, quando nações colocam os próprios interesses à frente de outros, como por meio de políticas comerciais protecionistas, acabam por favorecer os locais, mas prejudicam os de fora, o que acaba comprometendo o andamento do todo.

As metas acordadas globalmente precisam refletir objetivos de contexto local, da mesma que as metas locais precisam compor os objetivos estratégicos globais, sob risco do não atendimento de ambos. Além disso, as crises financeiras e seus efeitos globalizados também dificultam os avanços. A maioria das economias do mundo continua a sofrer com dívidas e déficits elevados, mercado de trabalho fraco e produtividade em declínio, o que acaba elevando os índices de pobreza e baixa renda.

Não se pode negligenciar também a ascensão do terrorismo. Ainda que o Brasil não seja diretamente afligido por esse tipo de problema, é necessário considerar que os países europeus têm enfrentado situações preocupantes, com vários ataques a civis e migração desordenada de 60 milhões de refugiados, o maior número global desde a II Guerra Mundial, gerando grande instabilidade política e social, comprometendo também o cumprimento dos ODS.

O caminho a ser percorrido entre teoria e prática é por vezes tortuoso e difícil, porém, factível. Algumas iniciativas têm sido desenvolvidas por órgãos de governo, institutos e academias buscando apoiar cidades e regiões com várias estratégias e ferramentas que podem ser adaptadas às realidades locais a fim de auxiliar no cumprimento da Agenda 2030. Dentre essas iniciativas, destacam-se as diretrizes sugeridas pela ONUBR (2016), que discorre sobre mecanismos para aumentar a conscientização e defender a responsabilidade dos gestores locais junto aos ODS, bem como apoiar a tomada de decisões – ver Quadro 3. O documento ONUBR (2016) também apresenta uma série de *cases* de sucesso conformes com os eixos de atuação que podem ser replicados em várias situações.

É importante destacar também alguns aspectos principais a compor os planos de ação para implementação dos ODS e aplicação das ações para compor metas pactuadas.

- Educação e conscientização: aspectos de grande relevância que podem ser mais bem trabalhados nos planos. Os resultados em trabalhos com esse viés sempre são bastante efetivos. Ainda que não alcançar os ODS afete a vida de todos, o grupo mais afetado é o dos jovens, pela longevidade. Assim, trazê-los para o enfrentamento e a mobilização é determinante.
- Capacitação e treinamento dos gestores e comunidades locais para se apropriarem dos ODS: em geral, os povoados e comunidades são os mais adversamente afetados, logo é natural e

pertinente que sejam capacitados com habilidade, conhecimento, recursos e experiência para desenvolver as soluções de ODS. Ainda que haja (e deve haver) planos de ação locais para atender realidades pontuais, é importante reconhecer e saber atuar com a diversidade dentro e fora do sistema local.

- Troca de experiências de sucesso e insucesso, auxílio ao desenvolvimento e à capacidade de trabalho, além da sensibilização propriamente dita: colaboração e cooperação integradas e multidisciplinares são fundamentais para o alcance dos ODS. Ainda que já bastante discutido anteriormente, cabe novamente apontar que a participação de todos é fundamental; todos precisam vivenciar e tomar parte dos problemas e soluções.

**Quadro 3** – Eixos de atuação para implementação e estímulo dos ODS a nível local e regional.

EIXOS DE ATUAÇÃO	GOVERNOS LOCAIS E REGIONAIS	ASSOCIAÇÕES E REDES DE GOVERNO
<b>SENSIBILIZAÇÃO</b> Conhecer os ODS localmente	Incluir os ODS nas próprias estruturas políticas (mídias, plataformas, eventos culturais). Realizar campanhas educacionais de comunicação e sensibilização. Nomear ‘embaixadores’ dos ODS para maximizar o alcance e impacto.	Realizar campanhas nacionais e internacionais para aumentar o compromisso dos gestores. Nomear organizações locais e regionais idôneas como ‘promotoras’ dos ODS. Apoiar governos locais em suas campanhas de sensibilização.
<b>DEFESA DA IDEIA LOCAL</b> Incluir uma perspectiva local nas estratégias nacionais dos ODS	Participar da definição de estratégias nacionais dos ODS. Buscar estratégias nacionais que reflitam as necessidades dos governos locais, das partes interessadas e/ou impactadas e dos cidadãos. Reunir evidências de diferentes partes interessadas e/ou impactadas para apoiar a defesa de suas ideias. Buscar um ambiente favorável no nível nacional e promover parcerias multiníveis e interinstitucionais para melhor cooperação e eficácia.	Fazer uso de prioridades locais na definição de estratégias nacionais e arcabouços institucionais. Aumentar a representatividade e a participação de governos locais e regionais em diálogos nacionais.
<b>IMPLEMENTAÇÃO</b> Os ODS no nível local	Estabelecer prioridades relacionadas aos 17 ODS com base em contextos locais, necessidades e recursos. Identificar necessidades por meio da análise de planos e programas existentes. Conduzir os trabalhos de forma integrada e interinstitucional – promover o senso de apropriação aos ODS. Identificar e construir sinergias com as estratégias nacionais para os ODS e de acordo com a governança local e adaptar os existentes, se necessário.	Apoiar os governos locais e regionais a otimizar seus recursos humanos, técnicos e financeiros. Promover a troca de melhores práticas. Promover a cooperação descentralizada e a cooperação efetiva para o desenvolvimento. Identificar os desafios políticos que têm impacto nos ODS e fazer recomendações para a melhoria.

EIXOS DE ATUAÇÃO	GOVERNOS LOCAIS E REGIONAIS	ASSOCIAÇÕES E REDES DE GOVERNO
<b>IMPLEMENTAÇÃO</b> Os ODS no nível local	Elaborar um plano de ação e alinhar planos já existentes. Identificar as ações e os recursos necessários para implementar as ações e definir prioridades. Criar mecanismos locais e estruturas de governança para apoiar a implementação dos ODS. Mobilizar recursos humanos, técnicos e financeiros nacionais e internacionais: realocação de recursos próprios, parcerias com universidades e outras partes interessadas e/ou impactadas, busca de canais alternativos de financiamento. Desenvolver programas de capacitação.	Promover a implementação completa e eficaz de compromissos por meio da descentralização. Estabelecer relações entre ministérios e governo local para implementação dos ODS.
<b>MONITORAÇÃO</b> Avaliar e aprender com a prática e publicizar informações	Coletar, acompanhar e analisar os dados locais. Participar do acompanhamento e da avaliação dos ODS no nível nacional. Desenvolver um conjunto de indicadores localizados e específicos a seus territórios. Promover a participação de outras partes interessadas e/ou impactadas e garantir que a informação coletada no nível local seja usada para o acompanhamento nacional e disponibilizada a todos.	Coletar, acompanhar e analisar os dados nacionais. Promover a participação dos governos locais e outras partes interessadas e/ou impactadas no acompanhamento e na avaliação dos ODS no nível nacional. Apoiar os governos locais na coleta de dados, no monitoramento, na avaliação e na publicização das informações.
<b>PRÓXIMOS PASSOS</b> Análise crítica e planejamento	Realizar periodicamente análises críticas, manutenção das boas ações em andamento e planejamento de novas ações. Apoiar o trabalho da Força-Tarefa Global dos ODS e da Força-Tarefa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável no seu país e região.	Sempre manter as ações de sensibilização, defesa da ideia, implementação e acompanhamento dos ODS no nível local na Agenda, a fim de evitar sobreposições ou lacunas, bem como manter o trabalho como prioridade.

**Fonte** – Adaptado de ONUBR, 2016.

As estratégias de comunicação precisam ser mais efetivas e acessíveis a qualquer entendedor. Isso porque as informações precisam chegar a todos, e a internet parece ser a melhor ferramenta para isso atualmente.

Inúmeros programas e ações que colaboram para o atingimento das metas dos ODS já são hoje desenvolvidos, contudo ainda não vinculados à Agenda. É importante que isso esteja sistematizado para registro e evitar sobreamentos e carências. Caso possa haver vínculo entre ODS's, ainda melhor.

A inovação tem um papel decisivo na busca das metas, podendo gerar novas ideias e técnicas de engenharia e implementar ações revolucionárias. As mudanças ou melhorias de processo ou produto trazidas por ela são cruciais para o desenvolvimento e crescimento sustentável. A importância da inovação está aumentando significativamente. No cenário atual, ela é uma ferramenta importante para definir um planejamento estratégico mais sustentável.

O mundo hoje percebe o impacto da globalização, das mudanças climáticas, da economia, enfim todos com abordagem nos ODS. A inovação tecnológica pode auxiliar firmemente a reduzir o desemprego, a erradicar a pobreza, a minimizar impactos ambientais, entre outros. A inovação é imperativa se há pretensão em melhorar a qualidade de vida das pessoas, desde que com aderência à realidade.

A questão que se deve colocar é exatamente como as políticas públicas podem direcionar o desenvolvimento sustentável e viabilizar o atingimento dos ODS. Considerando estes e a promoção de políticas de desenvolvimento socioeconômicas sustentáveis, entendemos que as políticas públicas devem considerar, para cada ODS, três grandes eixos: redistribuição igualitária da riqueza, reconhecimento social e participação paritária nas decisões. O Quadro 4 resume essa proposição.

A questão que se deve colocar é exatamente como as políticas públicas podem direcionar o desenvolvimento sustentável e viabilizar o atingimento dos ODS. Considerando estes e a promoção de políticas de desenvolvimento socioeconômicas sustentáveis, entende-se que as políticas públicas devem considerar, para cada ODS, três grandes eixos transversais: i) redistribuição igualitária da riqueza, ii) reconhecimento social e iii) participação paritária nas decisões, os quais devem ser considerados como critérios de desenvolvimento socioeconômico e, portanto, aplicados na concepção e implementação das políticas públicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estruturação dos ODS denota explicitamente o compromisso da comunidade internacional em alcançar as metas e ideias propostas. As metas impostas pelos ODS são específicas, de fácil mensuração e observação, mas de razoável complexidade em direção ao seu cumprimento.

Os compromissos com a Agenda 2030 são de todos – governo, sociedade e setor produtivo –, comprometidos com o atingimento das metas, que somente poderão ter êxito se os planos de ação forem, efetivamente executados. A participação de todos os *stakeholders* no processo é de fato necessária.

Nesse sentido, o envolvimento dos líderes é determinante. Experiências de sucesso tiveram como alicerce a percepção e o estímulo de seus líderes. O corpo operacional também precisa estar engajado, contudo mudanças de postura na gestão, de estratégias e principalmente possíveis investimentos necessários à adoção são facilitados quando a alta direção tem essa percepção.

Nas organizações, a aplicação de princípios de sustentabilidade pode, além de proporcionar uma gestão mais responsável, promover a redução de custos, oportunizar diferentes nichos mercadológicos, bem como vantagens em determinadas concorrências. Com a globalização, a velocidade da informação tem sido uma ferramenta de grande relevância para permear conceitos, ao mesmo tempo em que permite um olhar ‘fiscalizatório’ da população.

É indispensável haver uma governança sustentável e responsável, bem como uma gestão eficiente. É preciso ainda conhecer em detalhes o processo de produção, monitorá-lo e mensurá-lo

adequadamente, bem como responsabilidade. É possível ter desenvolvimento sustentável com alto rendimento e atendendo preceitos legais.

De acordo com Faria,

as políticas e práticas de desenvolvimento sustentável têm servido mais ao consumo externo do que ao respeito por um ambiente sustentável, no qual as pessoas sejam consideradas como alvo principal da garantia de uma vida saudável, tanto econômica como social, cultural e politicamente. (2014, p. 21).

A sustentabilidade tem sido reduzida a um discurso que visa preservar uma imagem externa desfavorável de um país e não em um compromisso com as pessoas que nele vivem e trabalham e com o futuro. É preciso mudar essa concepção, e tal mudança começa com a educação.

## BIBLIOGRAFIA

AGENDA 21. United Nations Conference on Environment and Development –Unced. Rio de Janeiro, 1992.

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

BECK, Martha. Pela 1ª vez desde 2004, Brasil fica estagnado no Índice de Desenvolvimento Humano da ONU. **O Globo** [on-line]. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/pela-1-vez-desde-2004-brasil-fica-estagnado-no-indice-de-desenvolvimento-humano-da-onu-21090827>. Acesso em: 28 abr. 2018.

FARIA, José Henrique de. Desenvolvimento socioeconômico e interdisciplinaridade. **Revista Desenvolvimento Socioeconômico em debate** Criciúma, v. 1 n. 1, p. 5-36, 2015.

FARIA, José Henrique de. **Economia política do poder**. Curitiba: Juruá, 2004.

FARIA, José Henrique de. Por uma teoria crítica da sustentabilidade. **Organizações e Sustentabilidade**, Londrina, v. 2, n. 1, p. 2-25, jan./jun. 2014.

FRASER, Nancy. **Adding insult to injury**: London: Verso, 2008b.

FRASER, Nancy. **Escalas de justicia**. Barcelona: Herder Editorial, 2008a.

FRASER, Nancy. A Justiça Social na Globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, n. 63, p. 7-20, 2002b.

FRASER, Nancy. Redistribuição ou reconhecimento? Classe e *status* na sociedade contemporânea. **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 7-32, 2002a.

FRASER, Nancy. Rethinking recognition. **New Left Review**, New York, n. 3, p. 107-120, 2000.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribution or recognition?** A political-philosophical exchange. London: Verso, 2003.

FREY, Claus. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, n. 9, jul.-dez. 2001.

- HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. **Lua Nova**, São Paulo, n. 36, p. 39-53, 1995.
- HART, Stuart. L.; MILSTEIN, Mark. B. Criando valor sustentável. **Academy of Management Executive**, Mississippi, v. 17, n. 2, p. 56-69, 2003.
- HONNETH, Axel. **Disrespect**: the normative foundations of critical theory. Malden: Polity Press, 2008a.
- HONNETH, Axel. **La société du mépris**. Paris: La Découvert, 2006.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática social dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2009.
- HONNETH, Axel. **Reificación**: un studio en la teoria del reconocimiento. Buenos Aires: Katz, 2007b.
- HONNETH, Axel. Trabalho e reconhecimento: tentativa de uma redefinição. **Civitas**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 46-67, 2008b.
- KRAEMER, M. E. P. **Responsabilidade social**: uma alavanca para a sustentabilidade. Curitiba: Ambiente Brasil, 2005.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ONUBR – Nações Unidas do Brasil. **Agenda 2030**. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, 2016.
- ONU. **Rio declaration on environment and development**: application and implementation report of secretary general (Rio + 5). Rio de Janeiro: Organização das Nações Unidas, 2007.
- ONUBR – Nações Unidas do Brasil. **Documentos temáticos**. Objetivos de desenvolvimento sustentável, Brasília, 2017.
- ONUBR – Nações Unidas do Brasil. **Roteiro para a localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**: implementação e acompanhamento no nível subnacional, 2016.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Acompanhando a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**: subsídios iniciais do Sistema das Nações Unidas no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos objetivos de desenvolvimento sustentável/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília, 2015.w
- SANTANA, Naja Brandão. **Responsabilidade socioambiental e valor da empresa**: uma análise por envoltória de dados em empresas distribuidoras de energia elétrica. 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.
- Organização das Nações Unidas (2007). Rio declaration on environment and development: application and implementation report of secretary general (Rio + 5). Rio de Janeiro: Organização das Nações Unidas. Disponível em <https://sustainabledevelopment.un.org/conferences>.
- ONU – Organização das Nações Unidas. Disponível em <https://nacoesunidas.org/pos2015/>
- VARGAS DE FARIA, J. R. **Organizações coletivistas de trabalho**: autogestão nas unidades produtivas. 2003. Dissertação. (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Water for a sustainable world**. The United Nations World Water Development Report, 2015.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **The United Nations world water development report 2016**. United Nations – Water, Paris, 2016.

UNITED NATIONS. **Transforming our world**: the 2030 agenda for sustainable development. USA, 2018.

## NOTAS EXPLICATIVAS

- 1 Para saber mais sobre a Agenda 2030, acesse <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030>.